TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

504

Crescimento econômico, mudança estrutural e restrição externa à luz da Abordagem do Excedente

Miguel Henriques de Carvalho
Kaio Pimentel

Setembro 2026

UNICAMP
instituto de economia

Crescimento econômico, mudança estrutural e restrição externa à luz da Abordagem do Excedente [1]

Miguel Henriques de Carvalho [2]
Kaio Pimentel [3]

Resumo

O presente texto tem como propósito apresentar um esquema analítico para interpretação das trajetórias de longo prazo de crescimento econômico das experiências nacionais apoiada na Abordagem do Excedente. Segundo esta abordagem, o excedente econômico de uma sociedade é determinado pelas condições técnicas de produção e pelo salário de subsistência, o produto potencial em dado período é determinado pelo estoque de capital físico e o crescimento no longo prazo é determinado pela relação entre a taxa de investimento dada a relação capital-produto. Argumenta-se que o crescimento econômico no longo prazo se encontra associado à mudança estrutural, o que se traduz na diversificação tanto da estrutura de oferta como de demanda, materializada no processo de industrialização. Externamente, o crescimento econômico a longo prazo dos países não-emissores da moeda internacional está sujeito à restrição de Balanço de Pagamentos associada à disponibilidade de divisas. É indicado que as análises das experiências históricas de desenvolvimento dos países periféricos devem tomar como condicionantes estruturais externos e internos o ponto de partida das economias analisadas e a forma de organização e a orientação da atuação do Estado.

Palavras-chave: Abordagem do Excedente; Crescimento econômico; Mudança estrutural; Restrição externa.

Abstract

Economic growth, structural change and the external constraint in light of the surplus approach

This paper aims to present an analytical framework for interpreting long-term economic growth trajectories in national experiences, based on the Surplus Approach. According to this approach, a society's economic surplus is determined by the technical conditions of production and the subsistence wage, potential output in a given period is determined by the stock of physical capital, while long-term growth is determined by the relationship between the investment rate and the capital-output ratio. It is argued that long-term economic growth is associated with structural change, which translates into the diversification of both supply and demand structures, materialized in the industrialization process. Externally, the long-term economic growth of countries that do not issue the international currency is subject to the Balance of Payments constraint associated with the availability of foreign exchange. It is indicated that analyses of the historical development experiences of peripheral countries should consider, as external and internal structural constraints, the starting point of the economies analyzed and the form of organization and orientation of state action.

Keywords: Surplus approach; Economic growth; Structural change; External constraint.
JEL: B51, O11, O14, F43.

---

(1) Os autores agradecem a Franklin Serrano e Esther Majerowicz pelos valiosos comentários às versões anteriores desse texto, isentando-os, no entanto, dos erros e lacunas remanescentes.

(2) Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: miguelcarvalho@ufrrj.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-6917-3139.

(3) Professor Doutor I do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. E-mail: kaiosmp@unicamp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7237-7275.

1 Introdução

O presente texto tem como propósito principal apresentar em linhas gerais um esquema analítico para interpretação das experiências nacionais de desenvolvimento a partir da Abordagem do Excedente. A Abordagem do Excedente destina-se a explicar de forma integrada os processos de produção, distribuição e utilização do produto social gerado pelos sistemas econômicos[4], como também apresentar os elementos que permitem o crescimento da capacidade produtiva desses sistemas ao longo do tempo, que depende da disponibilidade de força de trabalho, recursos naturais e capital físico, assim como da tecnologia disponível. Embora desenvolvida inicialmente para a análise das economias capitalistas, sistemas econômicos baseados na propriedade privada dos meios de produção, a Abordagem do excedente, como se procura argumentar, é pertinente para a análise das economias socialistas, sistemas econômicos centralmente planificados, em que o Estado controla e decide a alocação da maior parte dos recursos produtivos, incluindo a força de trabalho.

Para cumprir este objetivo, o texto está estruturado em mais cinco seções além desta introdução. Na seção 2 é apresentada, em linhas gerais, a Abordagem do Excedente e a relação entre excedente econômico, produtividade agrícola, acumulação de capital e o crescimento econômico a longo prazo. Na seção 3 é definido o conceito de mudança estrutural associado ao processo de industrialização, e indicada sua relação com as trajetórias de crescimento econômico de longo prazo. Na seção 4 é examinado como a restrição externa (a restrição de Balanço de Pagamentos) associada à disponibilidade de divisas para adquirir importações atua como fator limitante às trajetórias de crescimento econômicos dos países não-emissores da moeda chave internacional, e como a industrialização pode ser um meio para enfrentar esta restrição. Na seção 5 discute-se o chamado enfoque histórico-estrutural de forma a explicitar quais os elementos estruturais econômicos e políticos que condicionam as análises das experiências históricas de desenvolvimento apoiadas na Abordagem do Excedente. Na seção 6 seguem as considerações finais.

2 Abordagem do Excedente, produtividade agrícola, acumulação de capital e crescimento econômico

A Abordagem do Excedente (ou Abordagem Clássica do Excedente) tem sua origem nos economistas políticos clássicos, como, por exemplo, William Petty (1623-1687), os fisiocratas, como François Quesnay (1694-1774), Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), e estende-se por um conjunto amplo de autores ao longo do século XIX, incluindo Karl Marx (1818-1883).[5] Alguns dos principais resultados teóricos da Economia Política Clássica foram retomados pelos chamados Pioneiros da Economia do Desenvolvimento na segunda metade do século XX, como Gunnar Myrdal (1898-1987), Raúl Prebisch (1901-1986), Paul Rosenstein-Rodan (1902-1985), Ragnar Nurkse (1907-1959), Hans Singer (1910-2006), Arthur Lewis (1915-1991) e Celso Furtado (1920-2004), para a análise das economias periféricas (também referidas neste trabalho como

(4) Segundo Castro e Lessa (2000 [1967], p. 21): "Os variados elementos que participam da vida econômica de uma nação, assim como suas conexões e dependência, somam-se num todo denominado Sistema Econômico".

(5) Para uma apresentação da Abordagem do Excedente na História do Pensamento Econômico, ver, por exemplo, Roncaglia (2005).

subdesenvolvidas ou atrasadas), caracterizadas pelo excedente estrutural de mão de obra e pela escassez de capital físico.[6]

As premissas fundamentais da Abordagem do Excedente, de uma forma mais ampla, foram retomadas modernamente por Piero Sraffa (1898-1983) e seus seguidores,[7] a partir da publicação da obra de Sraffa *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, publicado originalmente em 1960, que apresentou, dentro da Abordagem do Excedente, soluções analíticas para a determinação dos preços relativos e as condições de distribuição vigentes nas economias capitalistas, sejam elas centrais ou periféricas. No Brasil, esta abordagem teórica vem sendo desenvolvida pelos pesquisadores ligados ao Grupo de Economia Política do IE-UFRJ, a partir de um conjunto amplo de trabalhos, em especial, Medeiros e Serrano (1999; 2001) e Serrano e Medeiros (2004). O principal objetivo deste texto é sistematizar este enfoque analítico, apoiado na Abordagem do Excedente, com especial ênfase para a análise das experiências nacionais de desenvolvimento de países periféricos.[8]

Em termos gerais, a Abordagem do Excedente estabelece um princípio teórico segundo o qual, dadas as condições técnicas de produção e a remuneração de subsistência da força de trabalho, consideradas como variáveis exógenas ao modelo, o excedente econômico (ou excedente social) em um determinado período para um sistema econômico equivale à parcela do produto social que resta após a dedução dos recursos destinados à reposição dos bens de capital (depreciação e insumos) e à força de trabalho, o denominado "consumo necessário"[9]. Simplificadamente, como mostra a expressão (1) abaixo, o excedente econômico (EE) corresponde à parte do produto social (PS) que a sociedade pode empregar livremente após deduzida, ou reservada, a quantia necessária de recursos para reproduzir a produção em mesma escala no próximo período, isto é, o consumo necessário (CN).

$$EE = PS - CN \qquad (1)$$

As condições técnicas de produção existentes determinam a produtividade do trabalho, aquilo que pode ou não ser produzido e a combinação dos recursos produtivos necessários à produção de cada bem ou serviço, isto é o potencial produtivo de determinado sistema econômico. A Abordagem do Excedente reconhece a complementaridade entre força de trabalho e capital físico na produção de cada bem ou serviço e a determinação do produto potencial pelo estoque de capital, dado o excesso estrutural de força de trabalho (ponto que será retomado adiante). O capital físico, também referido como bens de capital, inclui tanto o capital fixo como o capital circulante. O capital fixo é composto por máquinas, equipamentos, instalações e infraestrutura, que duram mais de um período de produção (geralmente definido como um ano), ao passo que o capital circulante é constituído pelas matérias-primas e bens em processamento que são consumidos durante um único período de produção. Esta complementaridade entre capital físico e força de trabalho se expressa, grosso modo, em coeficientes

(6) A respeito dos Pioneiros da Economia do Desenvolvimento, ver, por exemplo, Agarwala e Singh (2010 [1958]); Bastos e Britto (2010) e Cardoso (2019).

(7) Ver, por exemplo, Garegnani (2014); Kurz (2016) e Cesaratto (2020).

(8) No mesmo sentido, ver, por exemplo, Bastos e Oliveira (2021) e Bastos e Pereira (2024), artigos que também se propõem a realizar uma síntese da Abordagem do Excedente em linhas próximas às exploradas no presente trabalho.

(9) Furtado (1976, p. 19-25) denomina de "custo de reprodução da população", o que inclui a condição de subsistência tanto da força de trabalho, como do conjunto da população.

técnicos fixos no curto prazo associados à técnica dominante[10] (ou técnica socialmente necessária)[11] para a produção de cada bem ou serviço, de forma que a proporção dos insumos produtivos (incluindo o trabalho) utilizada na produção dos bens e serviços é relativamente estável ao longo do tempo, apenas se alterando à medida que sejam introduzidas inovações, cujo emprego seja mais vantajoso, dada a vigência de determinado nível de salário real.

Por sua vez, a remuneração de subsistência é compreendida para além do atendimento às necessidades "fisiológicas" comuns à reprodução dos seres humanos ao longo do tempo. Ela é historicamente determinada, na medida em que a cesta de bens e serviços que compõem a subsistência se refere àquilo que cada coletividade no tempo e no espaço compreende como as condições mínimas de vida consideradas socialmente aceitáveis. Porém, como observam Serrano e Medeiros (2004, p. 242), além do "elemento de subsistência sempre presente", a força de trabalho pode absorver parcelas do excedente econômico em determinadas circunstâncias nas quais aumenta o seu poder de barganha.

Segundo a Abordagem do Excedente, embora o processo produtivo seja socializado por meio da divisão do trabalho vigente em cada sistema econômico, não há nenhuma "regra econômica" nas economias capitalistas que estabeleça a remuneração de cada participante empregado na produção segundo a sua "contribuição marginal", algo que se torna impossível de medir em condições de complementaridade entre força de trabalho e capital físico. A distribuição de renda deve ser compreendida como uma variável exógena em relação ao nível da produção, isto é, um parâmetro determinado por elementos de natureza política e institucional vinculados ao poder de barganha das distintas classes sociais, aqui definidas pela posição que ocupam no processo produtivo, que disputam entre si a apropriação do produto social por meio de suas remunerações.[12]

De forma extremamente simplificada, no caso das economias capitalistas, em consonância com a análise do modo de produção capitalista[13] – um conceito mais amplo –, tal como proposto por

(10) Para o conceito de técnica socialmente necessária, ver, por exemplo, Eatwell (1990).

(11) Segundo Serrano (2011), a técnica em uso seria aquela adotada para um dado nível do salário real, de forma a minimizar os custos de produção em condições competitivas.

(12) A respeito da relação entre estratificação social, divisão social do trabalho e formas de apropriação e utilização do excedente em formações sociais pré-capitalistas, ver, por exemplo, Furtado (1976) e Cesaratto e Di Bucchianico (2021).

(13) Para a definição do conceito de "modo de produção", recorremos diretamente à definição clássica de Marx na obra *Contribuição à crítica da economia política*, publicada originalmente em 1859: "[N]a produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. (...) Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a

Marx, a divisão social do trabalho é realizada de forma mercantil, com a produção generalizada de mercadorias, o que impõe um sistema de preços, e a moeda exerce dentro das economias nacionais três funções principais (unidade de conta, meio de troca e reserva de valor), ao passo que a própria força de trabalho é convertida em mercadoria. Nestas economias, a sociedade encontra-se dividida em duas classes principais, a burguesia, (ou classe capitalista), detentora dos meios de produção, direito assegurado pelo monopólio da violência exercido pelo Estado, de um lado, e a classe trabalhadora assalariada (ou proletariado), formado pelas pessoas despojadas dos meios de produção, que vendem "livremente" sua força trabalho, sob condições de privação econômica e excesso estrutural de mão de obra que não escolhem, o que acaba por lhes impor salários próximos ao nível de subsistência.[14] Esta assimetria entre as duas classes acaba por impor à força de trabalho um papel subordinado no processo de produção,[15] cuja direção compete à classe capitalista, que se apropria do excedente privadamente por meio da obtenção de lucros e demais rendas da propriedade, que são limitadas pela vigência da concorrência inter-capitalista. Desta forma, nas economias capitalistas, assentada na propriedade privada dos meios de produção, as relações de produção[16] dominantes são o regime de trabalho assalariado e a produção mercantil voltada para a obtenção de lucro (apropriação

pré-história da sociedade humana." (Marx, 2008 [1859], p. 47-48). No entanto, há uma diferença substancial entre os conceitos de "modo de produção" e "sistema econômico" como observam Novais e Silva (2011, p. 51-52): "modo de produção *não* é sinônimo de sistema econômico; exatamente por equiparar as duas noções é que o debate girou em falso. Na perspectiva em que nos colocamos aqui, *modo de produção* tem de ser visto como *critério de periodização* da História, e portanto como *forma* de articulação das várias (de todas) esferas da existência. (...) a *luta de classes*, que é o conceito fundamental opera diferentemente no interior dos diversos modos de produção. Em suma: modos de produção definem as estruturas globais dentro das quais o processo histórico se desenrola; luta de classes abre caminho para a compreensão do movimento pelo qual essas estruturas se transformam. O primeiro conceito opera no plano sincrônico, o segundo conduz à diacronia. Estrutura e dinâmica." Na análise realizada no presente trabalho, nos manteremos restritos ao conceito de sistema econômico, exceto quando indicado.

(14) Marx (2013 [1867], cap. 23) denomina como "acumulação primitiva" o processo prévio à constituição plena do modo de produção capitalista, no qual se generaliza a produção de mercadorias e a separação dos trabalhadores dos meios de produção, frequentemente por meio da violência, no qual a força de trabalho é convertida em mercadoria, ao passo que se constitui a classe capitalista, detentora dos meios de produção. Sobre a "acumulação primitiva de capital", ver, por exemplo, Thomson (1990).

(15) Segundo Naves (2000, p. 69-70): "Marx vai denominar *subsunção* (ou *subordinação*) *formal do trabalho ao capital* a situação na qual o trabalhador direto está separado dos meios de produção, mas a organização do processo de trabalho, do ponto de vista técnico, permanece inalterada. Ou seja, embora o processo de trabalho seja subordinado ao capital, as forças produtivas ainda não foram transformadas, de maneira que um modo de produção especificamente capitalista ainda não se constituiu. (...) Em um segundo momento, ocorre uma transformação das forças produtivas, em particular dos instrumentos de produção. Com a introdução do sistema de máquinas no processo de produção, o trabalhador direto torna-se um simples apêndice da máquina, um mero prestador de trabalho genérico, indiferenciado, desprovido de conteúdo e que não exige qualquer habilidade especifica. A força de trabalho dos operários é objetivamente igualada, uma vez que ela é reduzida a mera energia dispendida em um determinado tempo. É a isso que Marx chama de *subsunção* (ou *subordinação*) *real do trabalho ao capital*." (Itálicos do autor).

(16) Segundo Gurley (1976, p. 20): "[As relações sociais de produção] são constituídas pelas instituições e processos mais estritamente associados às mercadorias [ou bens] como os bens são produzidos, trocados e distribuídos. Isto inclui as relações de propriedade; a forma como a mão-de-obra é recrutada, organizada e remunerada; os mercados ou outros meios de troca dos produtos da mão-de-obra; e os métodos utilizados pelas classes dominantes para captar e dispor dos produtos excedentes. As relações sociais de produção constituem, com efeito, a estrutura de classe de uma sociedade que se revela no processo de trabalho".

privada do excedente), e as forças produtivas[17] se distinguem pela contínua mudança da base técnica e aumento da produtividade do trabalho, em que a chamada Primeira Revolução Industrial ocorrida na passagem do século XVIII ao XIX é um momento definidor.

Por outro lado, as formas de utilização do excedente econômico também moldam a organização da sociedade e sua capacidade de expansão econômica no longo prazo. O excedente econômico pode se destinar ao consumo conspícuo das elites dominantes, ou à construção de monumentos religiosos, ou artísticos, que, embora possam ter uma finalidade considerada socialmente importante, não ampliam a capacidade produtiva futura. Além disso, o excedente econômico pode ser canalizado para a acumulação de capital, os gastos em investimento, isto é, a aquisição de bens de capital que aumentem o estoque de capital físico da sociedade, ampliando a capacidade produtiva futura do sistema econômico.

Observa-se que, enquanto teoria explicativa, a Abordagem do Excedente embora frequentemente aplicada à análise das economias capitalistas – sistemas econômicos baseados, como vimos, no trabalho assalariado sujeito ao desemprego, na propriedade privada dos meios de produção e na produção voltada ao lucro e demais formas privadas de apropriação do excedente –, é plenamente aplicável às economias socialistas, em que a experiência da URSS foi a pioneira. Nessas, grosso modo, compete ao Estado definir centralmente, à luz de prioridades definidas por critérios sociais (valores de uso), a alocação da força de trabalho, o salário vigente (e as condições básicas de reprodução do conjunto da população), a composição do produto social, assim como a apropriação e destinação do excedente econômico, definindo, portanto o ritmo da acumulação de capital.

Serrano e Medeiros (2004) apontam dois fatos estilizados associados às trajetórias de crescimento econômico de longo prazo, que, acrescentamos, valeriam para as economias capitalistas e socialistas, a saber:

i. A conexão positiva entre o crescimento econômico e a queda da parcela da força de trabalho ocupada na agricultura, o que se relaciona, em geral, ao aumento da produtividade agrícola;

ii. A relação positiva entre a taxa de investimento e a taxa de crescimento do produto (tanto em termos absolutos quanto por trabalhador).

Vejamos mais de perto a seguir cada um desses fatos estilizados.

O aumento da produtividade agrícola ligada ao setor produtor de alimentos, item básico para a sobrevivência humana, é uma condição necessária para a existência do excedente econômico em qualquer sociedade, pois, caso contrário, toda a população em idade ativa estaria ocupada diretamente com sua subsistência, sob o risco de faltar alimentos para a reprodução de todos os membros da sociedade. Por sua vez, o surgimento de um excedente na agricultura permite uma maior divisão do

(17) Segundo Gurley (1976, p. 18): "As forças produtivas são os meios materiais de produção que as pessoas criam e utilizam para retirar seu sustento da natureza. As forças produtivas incluem máquinas, instrumentos e utensílios, matérias-primas e recursos naturais; incluem também os próprios seres humanos – seu conhecimento, talentos, aspirações e necessidades. As forças produtivas desenvolvem-se através do trabalho e da atividade que as pessoas despendem ao retirarem seu sustento do ambiente natural."

trabalho, e, assim, uma maior especialização e diversificação das atividades produtivas (e não produtivas) no interior da sociedade, ampliando a produtividade do trabalho, por exemplo, por meio do desenvolvimento científico e pela incorporação de máquinas no processo produtivo.

O aumento da produtividade agrícola, por seu turno, aumenta a fração potencial da força de trabalho que pode se dedicar às outras atividades, uma vez que o excedente produzido pela agricultura seja capaz de prover os alimentos necessários não apenas para as pessoas empregadas no próprio setor agrícola, mas também para o conjunto da sociedade, dentre os quais a força de trabalho não-agrícola. Desta forma, quanto maior a produtividade agrícola, maior a possibilidade de crescimento de outras atividades. Portanto, a elevação da produtividade agrícola permite a diminuição da participação do setor de subsistência ligado à produção agrícola no conjunto do produto social e a elevação do emprego nos demais setores de atividade.

Isto nos leva à segunda proposição acerca da explicação do crescimento econômico a longo prazo, segundo a qual existe uma relação positiva entre a taxa de investimento (ou taxa de acumulação de capital) e a taxa de crescimento econômico. A este respeito, como indicado anteriormente, a magnitude do excedente social define as condições máximas de acumulação de capital físico, isto é, a fração do produto social que pode se materializar na produção de bens de capital que ampliem a capacidade de produção futura do sistema econômico.

Esta relação positiva entre o aumento do estoque de capital físico (tanto em termos absolutos quanto por trabalhador) e o crescimento econômico no longo prazo se deve à relação complementar entre capital físico e força de trabalho, assinalada anteriormente, e ao reconhecimento da existência de um excedente estrutural de mão-de-obra em relação à disponibilidade de capital físico.[18] Para uma dada técnica em uso, a quantidade de capital e de força de trabalho utilizada na produção de cada bem ou serviço tende a ser estável e a quantidade de emprego disponível no setor de maior produtividade, vai depender da disponibilidade total de capital físico nas economias. Assim, a força de trabalho é considerada como "abundante" em relação ao capital físico, que é relativamente "escasso", de forma que será o ritmo de acumulação de capital que determinará o crescimento econômico a longo prazo das economias.[19]

(18) Segundo Lewis (2010 [1954]), esta seria uma particularidade apenas dos países subdesenvolvidos, representadas em seu modelo de "economia dual", composto por um setor moderno, de maior produtividade, mais intensivo em capital, e um setor atrasado, associado à subsistência, de menor produtividade e menor emprego de capital. Estas economias duais contariam com oferta "ilimitada de mão de obra", uma vez que a força de trabalho empregada no setor tradicional é considerada "abundante" no sentido em que há muito mais oferta de força de trabalho ao salário vigente no setor moderno do que a demanda deste por força de trabalho. Uma vez que o setor moderno, mais intensivo em capital, crescesse de forma a absorver o excedente de força de trabalho no setor de subsistência, estas economias operariam de forma semelhante às economias capitalistas desenvolvidas, com presença de rendimentos marginais decrescentes para um fator isoladamente, como previsto pela abordagem marginalista. Para a Abordagem do Excedente aqui referida, em consonância com os escritos de Smith, Ricardo e Marx, o excedente estrutural de força de trabalho é uma característica das economias capitalistas em geral, exacerbada nas economias subdesenvolvidas, que dispõem de um menor estoque de capital físico por trabalhador.

(19) Para o caso das economias capitalistas, a oferta de força de trabalho tende a se ajustar ao ritmo de acumulação de capital, pois "no capitalismo é o crescimento da força de trabalho que secularmente segue o crescimento das oportunidades de emprego" (Serrano; Cesaratto, 2002, p. 725). Isto é explicado por uma série de mecanismos tais como i)

Assim, a partir da proposição acima, fica estabelecida uma relação funcional positiva entre a taxa de investimento e o crescimento econômico, o que se traduz numa relação positiva entre estoque de capital por trabalhador e a produtividade do trabalho e, por conseguinte, entre produtividade do trabalho e renda por habitante, já que os bens de capital adicionados tendem a ser combinados com mais trabalho (Serrano; Medeiros, 2004). Observa-se que esta proposição é incompatível com a hipótese de retornos marginais decrescentes para a acumulação de capital tomada isoladamente, comum à Abordagem Marginalista[20] e às teorias neoclássicas de crescimento exógeno, originalmente propostas por Robert Solow (1956) e Trevor Swan (1956), que se apoiam no Princípio da Substituição[21] e na tendência ao pleno emprego de todos os fatores de produção.

Adicionalmente, além do estoque de capital, a capacidade produtiva potencial de um determinado sistema econômico, seja ele capitalista ou socialista, também depende da relação capital-produto normal, que define quantas unidades de capital são necessárias para a produção de uma unidade de produto, uma relação estável no curto prazo e que reflete as condições tecnológicas da economia. Por sua vez, o crescimento da capacidade produtiva depende diretamente da taxa de acumulação de capital e da relação capital-produto incremental, associada à aquisição dos novos bens de capital. A equação (2) abaixo expressa como o crescimento da renda (ou produto) agregada potencial em um dado período passa a ser uma função da acumulação de capital e da relação capital-produto normal, suposta constante:[22]

$$g = \frac{1}{v} \cdot \frac{I}{Y^*} \qquad (2)$$

em que g é a taxa de crescimento do produto potencial (Y^*); I é o investimento líquido que cria capacidade (de modo que I/Y^* corresponde à taxa de investimento); v é a relação capital-produto normal. Assim, a taxa de crescimento do produto potencial vai depender positivamente da taxa de investimento e negativamente da relação capital-produto normal. Menciona-se que o progresso técnico se encontra em larga medida incorporado nos bens de capital, que acabam por determinar os métodos produtivos disponíveis e os bens e serviços que podem ser produzidos, assim como alterar v. Assim, dinamicamente, maior a acumulação de capital, maior tende a ser a incorporação de progresso técnico ao processo produtivo. Esse resultado teórico difere radicalmente do ponto de vista adotado pela Abordagem Marginalista, que supõe a substituibilidade entre os fatores de produção e o pleno emprego do trabalho; na Abordagem do Excedente, ao contrário, é prevista a

variação no tamanho do setor informal e nos níveis de subutilização da força de trabalho; ii) mudanças na taxa de participação; iii) migrações internas e externas (Serrano, 2011).

(20) Para as diferenças entre a Abordagem do Excedente e a Abordagem Marginalista, ver, por exemplo, Garegnani (2014) e Cesaratto (2020). Para uma avaliação crítica dos modelos neoclássicos de crescimento, exógeno e endógeno, ver, por exemplo, Serrano e Cesaratto (2002).

(21) Para uma análise da relação entre o Princípio da Substituição e o pleno emprego dos fatores na abordagem marginalista, ver, por exemplo, Serrano (2001b).

(22) Esta expressão é comum aos modelos de crescimento neokeynesianos propostos originalmente por Roy Harrod (1939) e Evsey Domar (1946), cujas origens podem ser encontradas nos trabalhos de Grigory Alexandrovich Fel'dman (1964 [1928]). A este respeito, ver Serrano e Cesaratto (2002).

complementaridade entre os fatores de produção e a escassez relativa de capital físico em relação ao trabalho, que seria abundante.

Uma vez abandonada a hipótese de pleno emprego do trabalho:

> [I]mediatamente eliminamos a tendência para os retornos decrescentes da acumulação de capital, já que os bens de capital adicionados serão normalmente combinados com mais trabalho (ou trabalhadores mais produtivos). Desse modo, em uma visão clássica do crescimento, a capacidade produtiva da economia depende diretamente da taxa de acumulação do capital. (Serrano; Medeiros, 2004, p. 246).

Não pretendemos fazer um cotejamento mais amplo entre as diferentes teorias neoclássicas do crescimento apoiadas no Princípio da Substituição, e as teorias heterodoxas do crescimento, em acordo com a Abordagem do Excedente, tampouco apresentar as diferentes críticas empíricas e teóricas que foram feitas às teorias neoclássicas do crescimento.[23] O objetivo desses apontamentos é apenas destacar que, segundo a Abordagem do Excedente, diferentemente da Abordagem Marginalista, o crescimento econômico no longo prazo é uma função positiva da acumulação de capital físico, para uma dada relação capital-produto, ao passo que o salário de subsistência (ou, em sentido mais amplo, custo social de reprodução) e as condições técnicas de produção são tomadas como exógenas.

Por fim, é importante mencionar que um dos principais pontos de discordância teórica entre as distintas teorias heterodoxas do crescimento se refere, justamente, às diferentes teorias do investimento subjacentes a cada uma delas, começando pelas distinções entre as teorias apoiadas na Lei de Say, em que a poupança potencial[24] determina o investimento agregado, e aquelas apoiadas no Princípio da Demanda Efetiva (PDE), desenvolvido originalmente por Michal Kalecki (1977 [1933]) e John Maynard Keynes (1973 [1936]), na qual, em uma economia monetária, tanto no curto como no longo prazo, em termos agregados, é o investimento que determina a poupança, de maneira que o investimento agregado é independente do nível de poupança potencial, não sendo observada uma conexão necessária entre distribuição de renda e crescimento econômico.[25]

Vejamos a seguir, na seção 3, como as trajetórias sustentadas de crescimento econômico, que dependem, segundo a Abordagem do Excedente, diretamente da produtividade agrícola e da taxa de acumulação de capital, associam-se à diversificação da capacidade produtiva relacionada aos processos de mudança estrutural e de industrialização.

(23) Para uma crítica do ponto de vista da Abordagem do Excedente das teorias neoclássicas do crescimento, tanto os modelos de crescimento exógeno como os endógenos, ver, por exemplo Serrano e Cesaratto (2002).

(24) Para os autores, como aqueles identificados como pertencentes à Economia Política Clássica, como Smith e Ricardo, que seguem, portanto, os resultados teóricos da Abordagem do Excedente, a poupança potencial significa a poupança de plena utilização do capital instalado e não a de pleno emprego do trabalho (Serrano, 2011).

(25) Para um balanço das diferentes teorias heterodoxas do crescimento, nas quais o crescimento é explicado pela acumulação de capital, ver, por exemplo, Serrano (2001a) e Serrano (2011).

3 Crescimento econômico, mudança estrutural e industrialização

A partir da Primeira Revolução Industrial, na passagem do século XVIII para o XIX, as trajetórias nacionais de crescimento econômico de longo prazo tenderam não apenas a aumentar o volume dos bens produzidos já conhecidos como também alterar a composição das estruturas de oferta e de demanda, transformação que é designada como "mudança estrutural". Embora este conceito admita diferentes definições e formas de mensuração, pelo seu caráter geral e simplificado, apoiar-nos-emos na seguinte definição de "mudança estrutural" apresentada por Syrquin (2012, p. 70):

> Existem muitos usos dos conceitos de estrutura e mudança estrutural em economia. Alguns deles têm um significado claro, enquanto outros são vagos ou piores. **O uso mais comum se refere a mudanças persistentes de longo prazo na composição de um agregado. No desenvolvimento e na história econômica, a mudança estrutural geralmente se refere à importância relativa dos setores na economia, às mudanças na localização da atividade econômica (urbanização) e a outros aspectos concomitantes da industrialização, conjuntamente chamados de transformação estrutural** (Tradução e grifos nossos).

Isto é, em consonância com esta definição e com a taxonomia dos três principais setores de atividades proposta por Clark (1940, p. 337), o processo de mudança estrutural associado às trajetórias de crescimento econômico traduz-se, inicialmente, na tendência de queda da participação do chamado Setor Primário (agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura) no PIB e na população empregada, em favor do Setor Secundário (mineração,[26] indústria de transformação e construção) e do Setor Terciário (setor de serviços, incluindo comércio, transporte, administração pública, serviços domésticos e serviços em geral), que aumenta sua participação no emprego, algo que é correlato ao aumento da urbanização. A tendência da queda da parcela do emprego nos Setores Primário, associado ao maior emprego de capital físico por trabalhador, também tende a se manifestar, pelo mesmo motivo, no Setor Secundário, em comparação ao Setor Terciário, que envolveria uma série de serviços mais intensivos em trabalho. Por seu turno, esta mudança na estrutura produtiva e ocupacional também se desdobra em deslocamentos populacionais correlatos, associado à urbanização, sobretudo quando se tem em vista que as atividades dos Setores Secundário e Terciário se concentram nos meios urbanos, embora esta separação entre meio rural e urbano seja frequentemente imprecisa e particular a cada país.

A definição setorial proposta por Clark (1940) passou por diversas atualizações desde sua origem, que procuraram incorporar os novos setores que apareceram com o passar dos anos, mas certos determinantes mais gerais foram preservados,[27] de forma que a divisão entre Setor Primário,

(26) A "mineração" inclui o setor de petróleo e gás.

(27) Desde 1948, a ONU propõe o chamado International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC), com o objetivo de estabelecer um critério de classificação das atividades econômicas aplicável aos diferentes países. Desde então foram realizadas cinco revisões no ISIC (1958, 1968, 1990, 2002 e 2008), e a Rev. 5 foi aprovada pela Comissão de Estatística da ONU em 2024, estando ainda em fase de implementação. Segundo a classificação do Banco Mundial (2026), o PIB é dividido em três setores: (i) Agricultura, Silvicultura e Pesca, que correspondem às divisões 01 a 03 da ISIC (Rev. 4) e "incluem a exploração de recursos naturais vegetais e animais, abrangendo as atividades

Secundário e Terciário, embora limitada, ainda é utilizada por órgãos oficiais de estatística e organismos internacionais e se constitui em uma matriz importante para a análise proposta neste trabalho.

A diversificação da produção à medida que se amplia a produtividade agrícola se coaduna com a chamada Lei de Engel,[28] que afirma que, *ceteris paribus*, a participação dos alimentos nas despesas totais está inversamente relacionada com o rendimento do agregado familiar (ou alguma outra medida dos seus recursos totais), o que implica que a elasticidade-renda da despesa alimentar é inferior a um. Como assinalam Pasinetti e Scazzieri (1987), o reconhecimento da validade da Lei de Engel, que aponta para uma regularidade empírica, tem consequências relevantes para a análise das trajetórias de crescimento de longo prazo, pois é esperado que, à medida que se verifique uma elevação da renda per capita dos países, seja observada uma participação decrescente dos alimentos no consumo agregado, à qual corresponde uma participação decrescente da agricultura na renda agregada. Segundo os autores:

> A cadeia causal é muito simples. O crescimento da renda disponível per capita provocado pelo progresso técnico afeta a composição da demanda global, e isso provoca ajustes na composição da produção total. Pode-se acrescentar que o progresso técnico não é uniforme nos vários ramos de uma economia, nem quantitativa nem qualitativamente, e que isso também acarreta uma série de mudanças estruturais no sistema de preços (Pasinetti; Scazzieri, 1987, p. 526. Tradução nossa).

A dinâmica da mudança estrutural associada a estas alterações setoriais nas composições da demanda e da oferta aludidas acima guarda uma correspondência com os chamados processos de "industrialização"[29]. De acordo com Bagchi (1987), o processo de industrialização para uma economia inicialmente em estágio agrícola e rural pode ser identificado como um processo em que se verificam, por um determinado período (até que os Serviços passem a ganhar maior participação no PIB e no emprego), duas tendências principais:

i. A elevação da participação da Indústria de Transformação (ou do Setor Secundário, no qual se inclui também o Setor de Construção) no PIB;

ii. O aumento da participação do emprego industrial no emprego total.

Se adicionarmos a estes dois aspectos o aumento da presença do setor de bens de capital e de insumos industriais básicos, capaz de permitir, com algum grau de autonomia em relação ao setor externo, o processo endógeno de acumulação de capital, ainda que complementado por importações,

---

de cultivo de plantas, criação e reprodução de animais, colheita de madeira e outras plantas, animais ou produtos de origem animal em uma fazenda ou em seus habitats naturais." (ii) Indústria (incluindo a Construção), que corresponde às divisões 05-43 da ISIC (Rev.4), e inclui os setores de mineração, manufatura (indústria de transformação), construção, eletricidade, água e gás; (iii) Setor de Serviços, que corresponde às divisões 45 a 99 da ISIC (Rev 4) e "inclui comércio atacadista e varejista, reparação de veículos automotores, hotéis e restaurantes, transporte, armazenagem e comunicação, intermediação financeira, imobiliário, locação e atividades comerciais, administração pública e defesa, previdência social obrigatória, educação, saúde e assistência social, outras atividades de serviços comunitários, sociais e pessoais, residências particulares com empregados e organizações e órgãos extraterritoriais" (Tradução nossa).

(28) Sobre a Lei de Engel, ver, por exemplo, Houthakker (1987) e Browning (2018).

(29) Para um exame das diferentes definições de "industrialização", ver, por exemplo, Teixeira (1983, cap. 1).

teremos três processos que apontam para o que é compreendido como "industrialização" neste trabalho. No mesmo sentido, como indica Medeiros (2015, p. 22), há uma relação direta entre os conceitos de "estrutura produtiva" e "industrialização":

> Na economia do desenvolvimento de base estruturalista, a estrutura produtiva em um determinado país é formada pelo conjunto de setores, atividades produtivas e de suas relações definidas por meio de uma dada tecnologia. A introdução de novos padrões de consumo e processos produtivos altera a composição intersetorial do produto que evolui da agricultura à indústria e serviços – e da composição intrassetorial, favorecendo as atividades qualificadas. **O que distingue uma economia industrializada é uma particular configuração da estrutura produtiva, incluindo o setor de bens de capital e uma ampla variedade de bens e serviços, que, a despeito de apresentarem distintos níveis de produtividade, não configuram estruturas produtivas desarticuladas ou apresentam marcadas descontinuidades tecnológicas** (Grifos nossos).

As atividades industriais, ao incorporarem no processo de produção máquinas e equipamentos movidos por fontes de energia inanimadas, aceleraram dramaticamente o crescimento da produtividade do trabalho em quase todos os setores de atividade, ao passo que aceleraram a introdução de progresso técnico, tanto por meio da inovação de produto como de processo. Por exemplo, no caso da agricultura, o emprego de tratores, o uso de sistemas de irrigação movidos a geradores elétricos e a aplicação de fertilizantes químicos e defensivos agrícolas tendem a aumentar a produtividade do trabalho agrícola e por área cultivada. Ou, no caso dos serviços, hospitais dotados de equipamentos e máquinas adequados aos serviços médicos, assim como medicamentos, ampliam as condições de atendimento à saúde.

Historicamente, a origem da industrialização remonta à Primeira Revolução Industrial, que ocorreu pioneiramente na Inglaterra na passagem do século XVIII para o XIX. A Primeira Revolução Industrial está ligada ao advento da máquina a vapor (movida a partir da queima de carvão) e seu emprego sobretudo na indústria têxtil, e, em um estágio mais avançado, culminou no emprego da máquina a vapor em diversos segmentos e no aparecimento das ferrovias durante a primeira metade do século XIX.[30] A partir da Primeira Revolução Industrial inglesa é registrado o aumento substancial e o descolamento dos níveis de renda dos países industrializados do Ocidente, começando pela Inglaterra, ao longo do século XIX, em relação às demais nações, em particular do Oriente Médio e da Ásia (incluindo a China).[31] Este processo intensificou-se ao longo da segunda metade do século XIX com o espraiamento da industrialização para outras nações ocidentais, com destaque para os

(30) Sobre a Primeira Revolução Industrial inglesa ver, por exemplo, Allen (2017) e Freeman (2019).

(31) Esse processo pelo qual os países ocidentais industrializados superaram o nível de renda per capita das nações ricas da Ásia e do Oriente Médio durante o século XIX ficou conhecido como a "Grande Divergência", objeto de ampla controvérsia em torno das suas causas. Para um balanço do debate sobre a "Grande Divergência" ver, por exemplo, Villela (2009).

Estados Unidos, a França e a Alemanha – unificada em 1871 –, e, seguidamente, ainda ao final do século XIX, para o Japão e, em menor medida, a Rússia.[32]

Desde as últimas décadas do século XIX, teve início nos países industrializados – a princípio, sobretudo, nos Estados Unidos e na Alemanha – a Segunda Revolução Industrial, trazendo um conjunto amplo de inovações tecnológicas, as quais possibilitaram a elevação do padrão de desenvolvimento econômico por meio da diversificação das estruturas produtivas.[33] Sobressaem-se, entre as inovações ligadas à Segunda Revolução Industrial, o navio a vapor, a eletricidade, o aço, a indústria química (incluindo aqui a indústria farmacêutica, fertilizantes e defensivos agrícolas, conservantes de alimentos, dentre outros ramos), a utilização da energia produzida a partir do petróleo, o aparecimento do motor a combustão e a revolução nos transportes a ele associada, com o aparecimento dos veículos automotores e, posteriormente, o avião; o setor de telecomunicações, a partir do aparecimento do telégrafo, do telefone, da radiodifusão e, a partir da década de 1920, da televisão, dentre diversas outras inovações.

Este conjunto amplo de inovações da Segunda Revolução Industrial trouxe repercussões importantes, embora de forma assimétrica, sobre a economia internacional. Dentre elas, destacam-se o aumento das escalas mínimas de produção em diversos setores da indústria – associadas à presença de descontinuidades técnicas substanciais – e as mudanças nas formas de organização das empresas, ligadas ao aumento da concentração e de centralização do capital, com o aparecimento dos grandes conglomerados industriais e das megacorporações que operavam em escala nacional e transnacional, crescentemente estruturadas em sociedades por ações. Além disso, a Segunda Revolução Industrial teve impactos substanciais nos padrões de consumo, de urbanização e de transporte (dentro dos países e entre países), indústria bélica, dentre outras esferas da vida social (Oliveira, 2003).

A partir da década de 1980, tem início o que ficou conhecido como a Terceira Revolução Industrial, associada, entre outros ramos de atividade, aos setores eletrônico e de informática, apoiados na utilização de semicondutores, assim como o desenvolvimento das telecomunicações por satélite, dentre outras inovações que marcam a entrada na chamada "era digital".[34] Estas tendências seriam aprofundadas na passagem do século XX para o XXI com o aparecimento e difusão da inteligência artificial, robótica, "internet das coisas", biotecnologia, nanotecnologia, armazenamento de energia, computação quântica e impressão em 3D, entre outras inovações.

Importante assinalar que as inovações radicais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, foram fortemente influenciadas pela competição armamentista, garantindo nesta época um papel de liderança tecnológica para os Estados Unidos. Como assinala Medeiros (2004, p. 226):

(32) Para um exame das especificidades do processo de industrialização nestes países ao longo do século XIX, ver, por exemplo, Oliveira (2003).

(33) Para a análise da Segunda Revolução Industrial, ver, por exemplo, Allen (2017) e Freeman (2019).

(34) Sobre a Terceira Revolução Industrial, ver, por exemplo, Coutinho (1992).

> O "complexo-militar-industrial-acadêmico" criou, nos EUA, um abrangente processo de inovação liderado pelos descobrimentos científicos, voltado simultaneamente, para vencer a Guerra Fria com a União Soviética e impulsionar a fronteira da ciência de forma a consolidar a liderança tecnológica americana no mundo.

No mesmo sentido, Pivetti (1992) argumenta que a importância estratégica da liderança do progresso técnico no campo das armas impõe um ritmo único ao processo inovativo e aponta que, no setor militar, ao contrário do civil, é a viabilidade tecnológica e não seus custos ou riscos que constrangem a construção e adoção de um armamento superior. Como mostrado em Medeiros (2004), parte das inovações geradas a partir do complexo militar-industrial-acadêmico, destinadas originalmente a fins destrutivos e de controle social, foram parcialmente assimiladas e difundidas para o restante da economia norte-americana por meio de empresas privadas, tanto no setor de bens de capital como no de bens de consumo.

A partir da breve recapitulação acima, desde a Primeira Revolução Industrial até o período atual, em cada época, o que se denomina como "industrialização" assume distintas formas, sendo um processo cumulativo e ainda em curso, ainda que o ritmo das inovações e sua difusão sejam bastante desiguais ao longo tempo. A este respeito, é importante destacar que tanto as inovações (radicais e incrementais) associadas à industrialização como a sua difusão ao longo do tempo são processos substancialmente assimétricos e heterogêneos entre as diferentes nações, com apenas um pequeno grupo de países liderando a fronteira tecnológica nos diferentes ramos de atividade econômica. Desta assimetria, emerge a noção de "atraso"[35] ("atraso econômico relativo"), em que os sistemas econômicos pioneiros no processo de industrialização e de desenvolvimento tecnológico se distanciam da capacidade produtiva (e militar) daqueles sistemas econômicos "atrasados". Esses não dispõem das novas tecnologias, constituindo-se ainda, em sua maioria, em economias agrícolas e sociedades rurais.

Tal distância tecnológica seria aprofundada, sobretudo ao longo do século XIX e a primeira metade do século XX, com o advento da Segunda Revolução Industrial, ampliando o grau de dependência e a vulnerabilidade externa (econômica e militar) em relação ao expansionismo imperialista dos países industrializados, que acometeria as regiões atrasadas do mundo, incluindo aquelas que, como a China, haviam resistido com relativo sucesso ao expansionismo europeu iniciado no século XV, com as Grandes Navegações e a montagem do Antigo Sistema Colonial durante a Idade Moderna (séculos XVI-XVIII).[36]

Correlato a este processo de aumento das distâncias tecnológicas entre os países industrializados e não-industrializados, vai se consolidando uma divisão internacional do trabalho, liderada pela Inglaterra, na qual, grosso modo, as economias da África, da América Latina e da Ásia (à exceção do Japão) exportam produtos primários (alimentos e matérias-primas) e importam bens

(35) Menciona-se a contribuição de Gerschenkron (1962) sobre as especificidades da industrialização dos países "atrasados" europeus (como a Rússia e França) em relação à industrialização pioneira inglesa.

(36) Para uma análise sobre o processo de colonização europeia e as diferenças entre o Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII) e o Imperialismo (século XIX e primeira metade do século XX), ver Mariutti (2009, cap. 3).

manufaturados dos países industrializados europeus e, posteriormente – sobretudo a partir da segunda metade do século XIX – dos Estados Unidos. Simultaneamente, ampliam-se os fluxos financeiros internacionais sob a égide do Padrão Ouro-Libra. Embora o comércio internacional se intensifique até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, permitindo por este caminho a difusão de bens de consumo e de capital manufaturados para os países atrasados, isto não implicará numa aproximação dos padrões tecnológicos e de consumo vigentes nos países industrializados, como será discutido a seguir.

4 A restrição externa ao crescimento econômico

Simplificadamente, Prebisch (2000 [1949]) propõe, apoiado no que define como "sistema centro-periferia", a segmentação da economia internacional em dois grupos de países segundo a forma de integração na divisão internacional do trabalho. De um lado, o "centro", composto pelos países industrializados e que controlam o progresso técnico, como os Estados Unidos e diversas economias da Europa Ocidental; de outro, a periferia, como os países latino-americanos, composta por economias primário-exportadoras. Enquanto as economias centrais contariam com dinamismo próprio determinado pelas decisões domésticas de investimento, as economias periféricas seriam "passivas", de forma que seu dinamismo seria imprimido, essencialmente, pelo setor exportador, que dependeria da dinâmica das economias centrais e das importações dela decorrentes.

Além desse papel subordinado desempenhado pela periferia, Prebisch elenca problemas adicionais impostos às economias periféricas devido ao seu caráter primário-exportador, obstaculizando que atinjam, em condições de livre comércio, os padrões de vida dos países centrais. Segundo Prebisch, os bens industriais apresentariam uma elasticidade-renda maior do que os bens primários, o que resultaria em uma limitação estrutural ao crescimento econômico dos países periféricos. Isso ocorreria pois, à medida que a renda crescesse nas economias periféricas, sua demanda por bens industriais aumentaria mais que proporcionalmente, ao passo que o crescimento dos países industriais levaria a uma demanda proporcionalmente menor por bens primários, resultando em uma tendência estrutural ao desequilíbrio na Balança Comercial e, assim, no Balanço de Pagamentos, dos países periféricos. Em contraposição às teorias de livre comércio, apoiadas nas vantagens comparativas, a especialização dos países periféricos em produtos primários tenderia a limitar o seu crescimento econômico a longo prazo e, portanto, impedir a convergência do seu nível de renda per capita para o nível observado nos países centrais.

Como sublinhado por Medeiros e Serrano (2001), é necessário destacar que uma eventual tendência à deterioração dos termos de troca dos bens primários em relação aos bens industriais – observada empiricamente por Prebisch para o período entre 1870 e 1947 – pode agravar o problema dos países periféricos. Entretanto, não se deve confundir essa tendência eventual com a natureza estrutural do problema que leva necessariamente ao estrangulamento de Balanço de Pagamentos, causado por estruturas produtivas com diferentes graus de desenvolvimento e pela mimetização de padrões de consumo e de vida dos países centrais. Assim, uma eventual melhora dos termos de troca para os países periféricos atenuaria o problema de restrição externa circunstancialmente, mas não resolveria o problema estrutural.

Por sua vez, seguem Medeiros e Serrano (2001), no caso de o país incorrer em déficits em Conta Corrente do Balanço de Pagamentos, o recurso ao endividamento externo, caso seja possível, apresenta-se como uma saída. Logo, de um ponto de vista de curto prazo, déficits em Conta Corrente podem ser financiados pela entrada de capitais externos via Conta Financeira, seja por meio do endividamento externo, seja por intermédio do Investimento Direto Externo, ou pela variação das Reservas Internacionais. Entretanto, as dívidas externas contraídas no passado têm que ser pagas (ou refinanciadas) em algum momento, e países com endividamento externo líquido elevado tendem a perder graus de liberdade da política econômica e a enfrentar taxas de juros externas mais altas, além de ficarem sujeitos à súbita interrupção dos fluxos de capitais internacionais. No caso do Investimento Direto Externo, apesar de fornecerem um alívio ao financiamento externo no curto prazo, a menos que estejam ligados à transferência de tecnologias, à redução do coeficiente de importações e/ou a plataformas de exportação, que ampliem a capacidade de geração de saldos comerciais positivos, em geral, agravam a restrição externa no longo prazo. Isso ocorre na medida em que filiais de transnacionais reenviam lucros em moeda internacional para suas matrizes, ao passo que sua produção não amplia a capacidade de exportação e/ou substitui importações. Por fim, as Reservas Internacionais, um estoque finito, podem acabar.

Medeiros e Serrano (2001) assinalam que, embora o endividamento externo possibilite aos países não-emissores da moeda-chave internacional crescerem incorrendo em déficits na Conta Corrente, é preciso que a taxa de juros sobre o passivo externo guarde uma correspondência com a taxa de crescimento das exportações, que são, como regra, a principal fonte de entrada de divisas na Conta Corrente. Por conseguinte, se a taxa de juros sobre o passivo externo crescer a uma taxa superior à taxa de crescimento das exportações, as divisas adquiridas com as exportações deverão ser cada vez mais desviadas para saldar pagamentos de juros do passivo externo, ao invés de financiar importações. Isso tende a ampliar o déficit em Conta Corrente e o passivo externo contraído para financiá-lo, bem como a aumentar a relação entre o passivo externo líquido e as exportações, exigindo a geração de superávits crescentes na balança comercial para estabilizar o crescimento do passivo externo. Ademais, a dependência de fontes de financiamento externo para equilibrar o Balanço de Pagamentos, quando demasiadamente pautada em modalidades de empréstimo de curto prazo, deixa as economias vulneráveis externamente, expostas a crises de Balanço de Pagamentos.[37] Isso ocorre porque fluxos de capitais de curto prazo estão sujeitos a interrupções bruscas, que, caso se concretizem em países com alta vulnerabilidade externa, podem converter o desequilíbrio externo em uma crise econômica doméstica. Nesse contexto, o país não consegue refinanciar seu passivo externo e se vê obrigado a reduzir a absorção interna para lograr pagar os juros e o principal da dívida contraída em período anterior – algo que ocorreu, por exemplo, no Brasil durante a Crise da Dívida Externa, na década de 1980.

(37) Enquanto a restrição externa se refere à restrição de divisas que um país enfrenta para sustentar sua trajetória de crescimento econômico, a vulnerabilidade externa corresponde ao risco que uma determinada economia apresenta de sofrer crises cambiais decorrentes da perda súbita de acesso ao financiamento externo, sendo medida por meio de diversos indicadores, como, por exemplo, a relação entre Reservas Internacionais e a dívida externa de curto prazo.

Assim, mesmo que o país possa recorrer ao endividamento externo no curto prazo, no longo prazo, as exportações se constituem na principal fonte de financiamento externo, de forma que a taxa de crescimento das exportações (dividida pela elasticidade-renda das importações) atua como limite para a capacidade de crescimento no longo prazo dos países não-emissores da moeda internacional.[38]

Conforme argumentado em Medeiros e Serrano (2001), as exportações têm um duplo papel para os países que não emitem a moeda internacional, incluindo as economias periféricas:

i. Constituem-se numa fonte autônoma de demanda e, de acordo com sua participação na demanda agregada da economia, podem ser mais ou menos relevantes para liderar o crescimento em economias capitalistas.

ii. São fonte de moeda internacional, de modo que o crescimento (e a diversificação) das exportações se torna absolutamente central para o financiamento externo no longo prazo, o que é relevante tanto para as economias capitalistas como para as economias centralmente planificadas.

Para enfrentar os desequilíbrios externos em Conta Corrente e em face da concorrência internacional, Prebisch (2000 [1949]) recomendava aos países periféricos da América Latina medidas para promover a industrialização. Tais medidas deveriam ser tomadas pelos Estados da região, buscando tanto substituir importações como diversificar as exportações em favor de bens manufaturados com maior elasticidade-renda da demanda e maior intensidade tecnológica, de forma a atenuar a restrição externa ao crescimento e, assim, assegurar maior grau de autonomia econômica. Como observa Cardoso de Mello (1982, p. 21): "Todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da ideia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma 'situação periférica'." Esse argumento a favor da industrialização liderada pelo Estado pode ser generalizado ao conjunto das economias atrasadas não-industrializadas que visem crescer a longo prazo e se aproximar dos níveis de renda per capita dos países centrais.

Nesse sentido, Eatwell (1991) aponta uma falsa e comum dicotomia existente na bibliografia neoclássica entre uma estratégia de industrialização por substituição de importações e outro tipo de industrialização liderada pelas exportações. Segundo essa interpretação, os países que apresentaram melhor desempenho em seus processos de industrialização no pós-Segunda Guerra seriam países que não teriam adotado medidas de proteção ao mercado interno e teriam alocado recursos segundo a teoria do livre comércio. Em contraposição, Eatwell (1991) cita os exemplos de Japão e França como

(38) Esta proposição ficou conhecida como "Lei de Thirlwall". Como resumido por Britto e Romero (2019, p. 1), Thirlwall (2019 [1979]) propõe um "modelo que mostra que, no longo prazo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não pode exceder o crescimento mundial ponderado pela relação entre as elasticidades renda da demanda por exportações e por importações de um país, uma vez que déficits comerciais não podem ser financiados indefinidamente e, empiricamente os termos de troca são relativamente constantes. Caso contrário, haveria uma tendência a contínuos déficits comerciais, que obrigaria o país a implementar políticas voltadas a reduzir sua taxa de crescimento para, assim, reduzir o crescimento das importações" (Britto; Romero, 2019). Desta forma, segundo Thirlwall (2019 [1979], p. 704), "a taxa de crescimento das exportações dividida pela elasticidade renda da demanda por importações oferece uma aproximação tão boa da experiência de crescimento dos maiores países em desenvolvimento desde 1950 que uma nova lei econômica possa, talvez, ser formulada". A respeito da natureza geral da "Lei de Thirlwall", mesmo considerada a possibilidade de endividamento externo, ver Bhering, Serrano e Freitas (2019).

países que conseguiram desenvolver indústrias nacionais, protegendo seus mercados internos e utilizando o estímulo da demanda doméstica como um meio para elevação da produtividade nesses segmentos e, consequentemente, conseguindo ampliar suas parcelas nos mercados internacionais.

Desta forma, um esforço de industrialização e capacitação tecnológica para substituir importações e/ou ampliar e diversificar a pauta exportadora é uma das condições importantes para a manutenção das taxas de investimento e trajetórias de crescimento sustentadas ao longo do tempo sem que a economia enfrente uma escassez de divisas e, assim, uma crise externa, ou seja, sem que a atividade econômica esbarre na restrição de Balanço de Pagamentos. Caso isso aconteça, o nível de atividade doméstica deverá ser desacelerado, ou até mesmo contraído, de forma a readequar o seu nível de atividade econômica e absorção interna à disponibilidade de divisas.

Importante notar que copiar tecnologias estabelecidas, de ondas inovativas passadas, é relativamente mais fácil do que disputar a fronteira tecnológica e/ou criar inovações radicais que possam mudar o curso do desenvolvimento tecnológico, o que acaba por renovar a condição de "atraso econômico relativo" das economias que não inovaram. Quanto mais sofisticado do ponto de vista tecnológico um ramo de atividade é, mais estratégico e mais difícil alcançá-lo. Além da concorrência internacional, a tecnologia e o seu *know-how* não estão disponíveis para todos os países da mesma forma. A transferência tecnológica exige a aquisição de bens de capital, cuja importação frequentemente não é possível em determinados segmentos, e a formação e treinamento de uma força de trabalho apta a utilizar as novas tecnologias e adaptá-las às condições de cada sistema econômico. As dificuldades de acesso à tecnologia estrangeira atuam como obstáculos para que os processos de industrialização logrem êxito em copiar determinados ramos de atividade. Desse modo, alianças externas capazes de viabilizar transferências de tecnologias são essenciais para qualquer país que esteja engrenando no processo de industrialização. De maneira correlata, uma situação de isolamento internacional tende a atrasar ou interromper o processo de industrialização.

5 Condicionantes estruturais das experiências históricas de desenvolvimento

Em geral, o crescimento econômico se expressa no aumento da escala produzida, enquanto o desenvolvimento econômico se relaciona a um processo mais amplo, envolvendo também a mudança estrutural e, a depender da definição, a generalização de um determinado padrão de vida para o conjunto da população, o que pode se traduzir na melhoria dos indicadores sociais, tais como redução da pobreza e da desigualdade, embora uma melhor distribuição de renda possa não ocorrer. Uma vez definidas, segundo a Abordagem do Excedente, as variáveis explicativas principais para o crescimento econômico, mudança estrutural, distribuição do produto social e condições de subsistência de um determinado país, assim como as restrições externas às quais está submetido, é preciso indicar as mediações históricas necessárias à sua utilização para o exame das experiências nacionais concretas, como é comum ao método histórico-estrutural.[39] Em particular, no caso da

(39) O chamado método (ou enfoque) histórico-estrutural relaciona-se aos autores originalmente ligados à CEPAL, entre os quais destacamos as contribuições de Celso Furtado, particularmente seu livro *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, 2009 [1959]). Sobre o método histórico-estrutural e sua ligação com a produção intelectual da CEPAL, ver, por exemplo, Bielschowsky (2009) e Boianovsky (2015).

industrialização dos países periféricos (ou atrasados), embora haja elementos explicativos comuns aos diferentes processos nacionais de industrialização, associados, por exemplo, à elevação da acumulação de capital, às mudanças na distribuição de renda, à incorporação de progresso técnico e à obtenção de divisas para enfrentar a restrição externa ao crescimento, trata-se de indicar os elementos estruturais específicos que condicionaram cada uma dessas experiências.

Apoiado nas contribuições de Medeiros (2001; 2013); Medeiros e Serrano (1999, 2001) e Serrano e Medeiros (2004),[40] para os propósitos do presente trabalho, o exame das experiências nacionais de desenvolvimento dos países periféricos (ou atrasados) deve tomar em consideração quatro determinantes estruturais, a saber:

i. O ponto inicial do qual parte a experiência nacional a ser analisada, o que inclui fixar suas características prévias em termos geográficos, sociais, políticos e econômicos, em particular o grau de desenvolvimento das forças produtivas[41] e das relações de produção predominantes[42], além do seu padrão histórico de inserção externa;

ii. A forma de organização social e econômica vigente na experiência nacional de desenvolvimento durante o período analisado, em particular, de um lado, o padrão de acumulação de capital e de incorporação e geração de progresso técnico (as modificações nas forças produtivas), e, de outro, o de relações sociais de produção e distribuição de renda e da riqueza gerada dele decorrentes;

iii. A forma de organização política do Estado nacional, assim como a correlação de forças que lhe é subjacente, que acaba por definir o alcance e a orientação da sua intervenção sobre o sistema econômico nas esferas produtiva e distributiva, sobre as forças produtivas e também as relações sociais de produção, tanto no que diz respeito aos objetivos almejados em termos de crescimento econômico e distribuição de renda, como dos instrumentos diretos e indiretos utilizados para alcançá-los, o que inclui a forma de inserção na economia internacional;[43]

(40) Medeiros (2013, p. 84) sintetiza nos seguintes termos estes condicionantes estruturais: "os padrões e as estratégias de industrialização distinguiram-se, em função da especificidade da estrutura material e institucional de que partiram, do momento histórico em que as estratégias industriais se consolidaram e dos interesses geopolíticos que as conformaram." Esta abordagem se afasta daquilo que o autor denomina de "nacionalismo metodológico" em análises sobre o desempenho das economias nacionais, que desconsideram os condicionantes econômicos e políticos externos que atuam sobre cada país (Medeiros, 2010).

(41) Ver nota 17.

(42) Ver nota 18.

(43) Segundo Furtado, o Estado nacional cumpriria o papel de expressar o "centro de decisão" de uma economia nacional. Segundo o autor: "A verdadeira ruptura com a racionalidade microeconômica, introduzida pela macroeconomia, decorre da inserção na análise de uma entidade nacional estruturada, com centros de decisão capacitados para interpretar interesses comuns, definir objetivos globais e assegurar a coordenação das iniciativas particulares em função da consecução desses objetivos" (Furtado, 2008 [1978], p. 38, grifo nosso).. Furtado (2000 [1967], p. 275-276) indica quatro planos nos quais as decisões dos "agentes econômicos" podem ser coordenadas, em diferentes graus, pelo Estado: "a) o da utilização dos bens que estão à disposição dos consumidores; b) o da utilização dos fatores que já se encontram incorporados ao processo de produção; c) o das iniciativas destinadas a aumentar a capacidade de produção; d) o do equilíbrio monetário." Sobre as experiências de intervenção do Estado nas economias capitalistas periféricas e centrais, ver, por exemplo, Medeiros (2013) e Tavares (1987).

iv. O padrão de inserção na economia internacional, tomando-se em conta não apenas a orientação do Estado em cada período, mas também os condicionantes políticos e econômicos externos aos quais cada país analisado está submetido e as assimetrias existentes entre países periféricos e desenvolvidos, sobretudo em três aspectos: a) poder militar; b) controle sobre as tecnologias existentes e geração de progresso técnico; c) controle da moeda e das finanças internacionais.[44]

Embora estes condicionantes estruturais não determinem de forma automática as trajetórias nacionais de desenvolvimento específicas, delimitam, grosso modo, o horizonte de possibilidades em cada momento, isto é, as restrições e oportunidades internas e externas que cada uma das experiências se defrontou em cada fase de sua história. Por outro lado, as transformações nestes condicionantes permitem a proposição de uma periodização do processo nacional de desenvolvimento analisado, pois cada período (e subperíodo) definido representaria uma determinada fase histórica com características estruturais externas e/ou internas comuns.

6 Considerações finais

O presente texto teve como propósito principal apresentar, em caráter preliminar, em linhas gerais, um esquema analítico para interpretação das trajetórias de longo prazo de crescimento econômico das experiências nacionais apoiada na Abordagem do Excedente. Mais especificamente, pretendeu-se contribuir para a análise do crescimento econômico, mudança estrutural e restrição externa à luz da Abordagem do Excedente. Em resumo, seguem as principais proposições apresentadas nas seções anteriores e que fixam os principais nexos causais entre crescimento econômico, mudança estrutural, restrição externa e as mediações históricas necessárias à sua aplicação ao exame das experiências nacionais específicas de desenvolvimento:

i. O excedente econômico de uma sociedade é determinado pelas condições técnicas de produção e pelo salário de subsistência (acrescido dos gastos de depreciação associados à reposição do capital físico). Uma vez reconhecida a complementaridade entre os fatores de produção e a escassez relativa de capital físico em relação à força de trabalho, e dada a relação capital-produto normal, o produto potencial em dado período é determinado pelo estoque de capital físico e o crescimento econômico no longo prazo é determinado pela relação entre a taxa de investimento (acumulação de capital físico) dada a relação capital-produto incremental, sendo os bens de capital o principal vetor de introdução de progresso técnico.

ii. O crescimento econômico no longo prazo encontra-se associado à mudança estrutural, o que se traduz na diversificação tanto da estrutura de oferta como de demanda, materializada na redução da participação do Setor Primário no emprego e no nível de atividade em favor dos setores Secundário e Terciário. O processo de industrialização se expressa na elevação da participação da Indústria de Transformação no PIB, no aumento da participação do emprego industrial no emprego

(44) No mesmo sentido, Cardoso de Mello (1997, p. 160) caracteriza a periferia a partir de três elementos: "a natureza dinamicamente dependente do sistema produtivo; a fragilidade monetária e financeira externa; a subordinação político-militar."

total e no aumento da presença do setor de bens de capital e de insumos industriais básicos, de forma a dotar o país de capacidade endógena, ainda que complementada por importações, de acumular capital e crescer.

iii. O crescimento econômico a longo prazo dos países não-emissores da moeda internacional está sujeito à restrição de Balanço de Pagamentos associada à disponibilidade de divisas. Desta forma, considerados os limites existentes ao endividamento externo, cujo passivo precisará ser saldado ou refinanciado em um determinado momento, a taxa de crescimento das exportações atua como limite sobre a taxa de crescimento econômico das economias no longo prazo.

iv. As análises das experiências históricas de desenvolvimento dos países periféricos associadas ao seu processo de industrialização devem tomar como condicionantes internos estruturais o ponto de partida das economias analisadas e a forma de organização e atuação do Estado. Adicionalmente, as experiências nacionais examinadas devem levar na devida consideração os condicionantes internacionais a que estão sujeitas, particularmente aquelas associadas às assimetrias internacionais vigentes nas esferas política e econômica presentes em cada período histórico.

Referências bibliográficas

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado (CICF), 2010.

ALLEN, R. *The industrial revolution*: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.

BAGCHI, A. K. Industrialization. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. v. 2. Londres: The Macmillan Press, 1987. p. 797-803.

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators*. 2026. Disponível em: https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators. Acesso em: 24 maio 2026.

BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado (CICF), 2010. p. 7-45.

BASTOS, C. P.; OLIVEIRA, B. R. Política econômica, teorias e contextos sociais. In: ARAÚJO, V. L.; MATTOS, F. A. M. (Org.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma*: novas interpretações. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 21-51.

BASTOS, C. P.; PEREIRA, B. R. Estruturalismo latino-americano, teoria do desenvolvimento e a tradição da economia política clássica. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 69, p. 14-47, maio/ago. 2024.

BHERING, G.; SERRANO, F.; FREITAS, F. Thirlwall's law, external debt sustainability, and the balance-of-payments-constrained level and growth rates of output. *Review of Keynesian Economics*, v. 7, n. 4, p. 486-497, 2019.

BIELSCHOWSKY, R. Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. In: ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil*: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 49-67.

BOIANOVSKY, M. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal of Economic Methodology*, v. 22, n. 4, p. 413-438, 2015.

BRITTO, G.; ROMERO, J. P. Introdução editorial: os quarenta anos da Lei de Thirlwall. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, 2019.

BROWNING, M. Engel's Law. In: MACMILLAN PUBLISHERS LTD. (Ed.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. 3. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2018. p. 3721-3722.

CARDOSO, F. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. Jundiaí: Paco, 2019.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARDOSO DE MELLO, J. M. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 9, p. 159-164, dez. 1997.

CASTRO, A. B.; LESSA, C. *Introdução à economia*: uma abordagem estruturalista. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1967].

CESARATTO, S. *Heterodox Challenges in Economics*: theoretical issues and the crisis of the Eurozone. Cham: Springer, 2020.

CESARATTO, S.; DI BUCCHIANICO, S. The surplus approach, the Polanyian tradition, and institutions in economic anthropology and archaeology. *Annals of the Fondazione Luigi Einaudi*, v. 55, p. 185-216, jun. 2021.

CLARK, C. *The conditions of economic progress*. Londres: Macmillan and Co., 1940.

COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*, v. 1, p. 69-87, 1992.

DOMAR, E. D. Capital expansion, rate of growth, and employment. *Econometrica*, v. 14, n. 2, abr. 1946, p. 137-147.

EATWELL, J. Import substitution and export-led growth. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). *The New Palgrave*: the world of economics. Londres: The Macmillan Press, 1991. p. 345-348.

EATWELL, J. Socially necessary technique. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). *The New Palgrave*: Marxian Economics. Londres: The Macmillan Press, 1990. p. 342-343.

FEL'DMAN, G. A. On the theory of the rates of growth of the national income. In: SPULBER, N. (Ed.). *Foundations of Soviet strategy for economic growth*: selected Soviet essays, 1924-1930. Bloomington: Indiana University Press, 1964 [1928]. p. 174-199.

FREEMAN, J. B. *Mastodontes*: a história da fábrica e a construção do mundo moderno. São Paulo: Todavia, 2019.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Edição definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1978].

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].

FURTADO, C. *Prefácio à nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000 [1967].

GAREGNANI, P. Sraffa: análisis clásico versus marginalista. *Circus: Revista Argentina de Economía*, n. 6, p. 1-37, primavera 2014.

GERSCHENKRON, A. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962.

GURLEY, J. G. *Desafio ao capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

HARROD, R. F. An essay in dynamic theory. *Economic Journal*, v. 49, n. 193, mar. 1939, p. 14-33.

HOUTHAKKER, H. S. Engel's Law. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. v. 2. Londres: The Macmillan Press Limited, 1987. p. 143-144.

KALECKI, M. Esboço de uma teoria do ciclo econômico. In: KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: HUCITEC, 1977 [1933]. p. 29-40.

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres: The Macmillan Press, 1973 [1936].

KURZ, H. D. *Economic thought*: a brief history. Translated by Jeremiah Riemer. New York: Columbia University Press, 2016.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado (CICF), 2010 [1954]. p. 413-462.

MARIUTTI, E. B. *Colonialismo, imperialismo e desenvolvimento econômico europeu*. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 [1867].

MEDEIROS, C. A. Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira. Brasília: IPEA, 2015.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 119-154.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 105-135.

MEDEIROS, C. A. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 225-252.

MEDEIROS, C. A. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2 (94), p. 238-256, abr./jun. 2004.

MEDEIROS, C. A. Rivalidade interestatal, instituições e desenvolvimento econômico. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 77-102.

MEDEIROS, C. A. Estratégias nacionais de desenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008)*: América Latina, Ásia e Rússia. v. 1. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 79-113.

MEDEIROS, C. A. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao "nacionalismo metodológico". *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 637-645. dez. 2010.

NAVES, M. B. *Marx*: ciência e revolução. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. Introdução: para a historiografia da Nova História. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (Org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 7-70.

OLIVEIRA, C. A. B. *Processo de industrialização*: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

PASINETTI, L. L.; SCAZZIERI, R. Structural economic dynamics. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. v. 4. Londres: The Macmillan Press, 1987. p. 523-528.

PIVETTI, M. Military spending as a burden on growth: an "underconsumptionist" critique. *Cambridge Journal of Economics*, v. 16, n. 4, p. 373-384, 1992.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1949]. p. 69-136.

RONCAGLIA, A. *The wealth of ideas*: a history of economic thought. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SERRANO, F. Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001a. p. 135-164.

SERRANO, F. Equilíbrio neoclássico de mercado de fatores: um ponto de vista sraffiano. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 7-34, 2001b.

SERRANO, F. *Observações sobre as teorias do crescimento*. [S. l.: s. n.], 2011. Mimeo.

SERRANO, F.; CESARATTO, S. As leis de rendimento nas teorias neoclássicas do crescimento: uma crítica sraffiana. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 699-730, 2002.

SERRANO, F.; MEDEIROS, C. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2 (94), abr./jun. 2004, p. 238-256.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, fev. 1956, p. 65-94.

SWAN, T. W. Economic growth and capital accumulation. *Economic Record*, v. 32, n. 2, p. 334-361, 1956.

SYRQUIN, M. Two approaches to the study of structural change and economic development: Kuznets and Pasinetti. In: ARENA, R.; PORTA, P. L. (Ed.). *Structural dynamics and economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 69-87.

TAVARES, M. C. *Reflexões sobre o Estado e o planejamento*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial, UFRJ, dez. 1987. (Texto para Discussão, n. 154).

TEIXEIRA, A. *O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial, UFRJ, 1983. (Texto para Discussão, n. 25).

THIRLWALL, A. P. A restrição do balanço de pagamentos como uma explicação para diferenças nas taxas internacionais de crescimento. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 703-730, 2019 [1979].

THOMSON, R. Primitive capitalist accumulation. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). *The New Palgrave*: Marxian Economics. Londres: The Macmillan Press, 1990. p. 313-320.

VILLELA, A. A. As origens da grande divergência: uma sistematização do debate acerca da ascensão do Ocidente. *História Econômica & História das Empresas*, v. XII, n. 2, p. 129-168, 2009.